

Indústrias já demitem

São Paulo — O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) Mário Amato admitiu que algumas empresas já elaboraram listas de dispensas de funcionários havendo inclusive incertezas por parte de determinados segmentos em realizar novos investimentos. O desaquecimento da indústria no entanto "ainda não é significativo e nem representa recessão. Trata-se de um prenúncio"; acrescentou o empresário pouco depois de presidir a cerimônia de entrega do prêmio "Câmara Americana de Contribuição Empresarial "a Comunidade" (ECO) a vários contemplados, no auditório do Maksoud Plaza Hotel nesta capital.

Mario Amato disse que ainda não se sabe quais os setores que estão mais vulneráveis ao desaquecimento e adiantou que as dispensas de funcionários deverão ser feitas em caso de extrema necessidade para explicar em seguida que "ainda há meios de salvar as pequenas e microempresas principalmente se o Governo liberar recursos para pagamento de impostos e reduzir a carga tributária do sistema produtivo como um todo, para reativar a economia nacional". Esta

seria uma forma de dizer não à recessão na opinião do presidente da Fiesp.

Referindo-se ao último encontro que teve com o presidente José Sarney no sábado passado, na cidade paulista de Itatiba, Mário Amato disse que ouviu o chefe da Nação garantir que faria todo o possível para evitar a recessão, sendo esta uma questão de honra para o governo brasileiro". E todos os empresários concordaram com esta afirmação do Presidente", destacou.

O presidente da Fiesp acredita também que não serão lançados novos planos para tentar um ajuste na economia. A expectativa do setor é pela implantação de um mercado livre, sem congelamento de preços.

Em relação ao gatilho salarial, mecanismo que move o reajuste dos salários sempre que a inflação ultrapassar a marca dos 20 por cento, o presidente da Fiesp disse que sua posição é de manutenção do dispositivo para garantir o poder aquisitivo da população. "O ganho do trabalhador deve acompanhar a alta dos preços. Somos favoráveis ao gatilho mesmo porque ele está baseado em lei que deve ser respeitada".